

O SENTIDO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

ANDERSON DEO¹

Resumo: procuramos discutir no presente artigo o caráter da revolução burguesa no Brasil. Para tanto buscamos delinear os elementos essenciais que marcam a particularidade histórica brasileira, demonstrando que tais elementos condicionam a forma de ser do capitalismo no país em sua reprodução sociometabólica, apontando para o elemento de *permanência na mudança*, marca fundamental do *sentido da modernização* no Brasil.

Palavras-chave: autocracia burguesa; burguesia brasileira; sentido da modernização.

*“Os problemas brasileiros de hoje,
os fundamentais, pode-se dizer que
já estavam definidos e postos em equação
há 150 anos”*

Caio Prado Júnior

Introdução

Parafraseando o personagem Tancredi, da obra *O leopardo*, de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, podemos afirmar que a história brasileira se desdobrou até os dias atuais como “uma contínua reposição do passado”, ou seja, todas as “grandes transformações” que ocorreram em nossa processualidade serviram para “manter as coisas” como sempre estiveram². Este é um elemento fundante da particularidade brasileira; no entanto, o que isto significa precisamente? Não podemos sequer aventar que a história é uma mera reprodução dos fatos, processo este entendido como uma constante cópia do passado, muito menos pressupor que os acontecimentos presenciados na atualidade já estavam previstos – mesmo que como fatos em potência – no passado e que foram se auto-realizando no tempo e no espaço. Aquilo que discutimos e analisamos como a historicidade presente é o resultado, sem dúvida, de processos anteriores. Mas estes dependeram de uma série de relações de *causalidades* e *casualidades* mediadas pelos seres humanos que só puderam *dar respostas* a estes processos na medida em que estes se concretizaram³. Afinal,

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (MARX, 1974, p. 335).

Isto posto, de que forma devemos então compreender as palavras de Tancredi? E mais, se estas foram utilizadas para decifrar e ilustrar a particularidade italiana, qual é a identidade que as mesmas guardam com a *particularidade brasileira*?

A necessária “captura” da particularidade brasileira: primeiras aproximações

Ao discutirmos a particularidade da objetivação do capitalismo no Brasil, verificamos que muitos dos elementos fundantes da *forma de ser* econômico-política brasileiras foram constantemente *recolocados* ou *atualizados* como uma constante reposição/atualização do passado. Passado este que não se repete como *fax símile*, “cópia” pura e simples de processos anteriores, mas que se recoloca como *novos*, absorve *novos elementos*, promove *transformações*, em uma palavra, *moderniza-se*, mas sem perder seus vínculos originários. É uma processualidade que impulsiona uma modernização, apontando para o desenvolvimento civilizatório – mesmo que nos marcos da sociabilidade burguesa⁴ –, mas, ao mesmo tempo, tal modernidade é tributária do passado, é por este condicionada; não há rupturas radicais. Portanto, é possível observar, a partir da análise da particularidade histórica brasileira, um constante processo de *modernização conservadora*, onde todo processo de transformação, ou melhor, reformas – econômicas, políticas ou sociais – é realizado de modo a garantir a perpetuação da autocracia burguesa, seja ela na sua forma legalizada (democrática) ou na forma da violência explícita (ditaduras civil-militares), derrotando qualquer possibilidade de projeto alternativo, que envolva os reais interesses dos trabalhadores brasileiros⁵.

São processos que reprimem a classe trabalhadora em suas mais distintas e variadas frações. São *mudanças pelo alto*, arranjos político-institucionais que garantem uma constante reposição das velhas forças políticas e sociais na composição do comando do bloco histórico de poder, seja através da legalidade institucional, seja através da força, como em golpes civil-militares. Aqui, o conceito aproxima-se da formulação gramsciana a respeito daquilo que o pensador italiano denominou por *Revolução Passiva*.⁶

Observamos que o *Sentido* que sempre esteve presente no desenvolvimento histórico-social do país se reproduz, absorvendo e dando origens a novos fenômenos, ou novos contornos a antigas manifestações da *forma de ser e ir sendo* da sociabilidade brasileira.

No entanto, este “novo” não rompe, pelo contrário, conserva uma *forma própria de objetivação do capitalismo*, seja no seu conteúdo político, seja em seus contornos econômicos.

Captar o *Sentido* de um momento histórico implica em reconhecer e apreender os elementos essenciais que imprimem uma determinada dinâmica aos fatos constituintes do mesmo⁷. Por mais específico que seja o recorte analítico, o conjunto dos acontecimentos históricos deve ser analisado à luz de seu todo, ou, dito de forma mais precisa, ao modo de sua “dialética da totalidade concreta” (KOSIK, 1995). Assim, quando nos debruçamos sobre o objeto por nós aqui investigado, observamos que a direção social, política e econômica presente na processualidade brasileira reafirma elementos essenciais que, historicamente, constituem a estrutura sociometabólica do país. Ao analisarmos a história brasileira, podemos afirmar que alguns dos elementos essenciais que a compõe sempre se fizeram presentes, o que nos permite apontar identidades entre aquilo que Caio Prado apontou como o *Sentido da Colonização* e aquilo que aqui denominamos como *Sentido da Modernização*. O elemento teórico fundamental é a compreensão do *sentido histórico* a partir do princípio ontológico da “permanência na mudança”, assim definido por Lukács,

[...] A substância, enquanto *princípio ontológico da permanência na mudança*, perdeu certamente seu velho sentido de antítese excludente em face do devir, mas obteve também uma validade nova e mais profunda, já que o persistente é entendido como aquilo que *continua a se manter, a se explicitar, a se renovar nos complexos reais da realidade*, na medida em que a continuidade como forma interna do movimento do complexo transforma a persistência estática e abstrata numa persistência concreta no interior do devir (LUKÁCS, 1979, p. 78)

Se a *continuidade* deve ser entendida como “forma interna do movimento”, é preciso explicitar a forma como se dá a relação entre a essência – a *continuidade* – e a aparência - as mudanças históricas – do fenômeno por nós aqui discutido, qual seja, o caráter da Revolução Burguesa no Brasil. A análise de alguns momentos significativos da história brasileira - ou dito de outra forma, *a análise concreta da realidade concreta* – deve ser o elemento fundamente do argumento.

O velho que se faz novo

Toda a estrutura econômica brasileira sempre esteve vinculada de forma dependente e, portanto, subordinada aos pólos centrais do desenvolvimento econômico capitalista. Nunca é demais lembrar que o Brasil “surge” para o mundo no momento de gênese do capitalismo, ou seja, toda estrutura sociometabólica que se ergue no período

colonial esteve vinculada ao momento de acumulação originária do capital, configurada à época pela expansão do comércio mundial – também em sua fase originária. Neste momento, a nascente estrutura econômica do país foi organizada com vistas ao fornecimento de matérias-primas e manufaturados de origem agrícola à metrópole Portugal, mesmo porque, inexistia um mercado consumidor interno.

O processo de independência liderado por Pedro I não altera a essência econômica, pelo contrário, a reafirma ao manter a mesma matriz agroexportadora como elemento propulsor da dinâmica econômica “nacional”.

Mesmo com a implementação do café (primeira metade do século XIX) e, posteriormente, com o início do que poderíamos caracterizar como o processo de “Revolução Industrial Brasileira” (a partir de 1930), o elemento essencial da subordinação e dependência da economia brasileira em relação aos pólos centrais do capitalismo não se extingue, ao contrário, renova-se, absorvendo novas e complexas formas de realização.

Novamente, é preciso apontar que não negamos ou desprezamos as transformações ocorridas na economia brasileira, como por exemplo, a organização da produção tendo como base a mão de obra assalariada, a consolidação de um mercado de consumo interno, concomitantemente à estruturação de um complexo parque industrial que se completa na década de 1970. Pressupomos, inclusive, que o Brasil promove e completa sua “Revolução Burguesa”. A questão por nós aqui discutida diz respeito ao *caráter* desta “revolução”. E quando afirmamos que a manutenção de elementos essenciais da processualidade histórica brasileira – mesmo que com novos contornos fenomênicos – é uma constante, o fazemos num esforço de compreensão e caracterização daquilo que podemos denominar como “Revolução Brasileira”.

Da mesma forma que na configuração econômica, a estruturação política passa por alterações ao longo de nossa processualidade histórica, mas sem negar ou superar algumas de suas características essenciais, muitas delas presentes desde o período colonial. Ao longo da história brasileira, a conformação do *Bloco Histórico*⁸ que esteve à frente do processo de reprodução social no país, em suas mais distintas “fases”, reproduziu – e ainda reproduz – como elemento essencial o caráter *autocrático* da dominação burguesa. Isso significa, antes de mais nada, que desde a chegada dos portugueses em “Pindorama”, a estruturação da dominação política excluiu de sua formatação os setores sociais que compuseram a classe trabalhadora brasileira ao longo de pouco mais de 500 anos de história.

Todo esforço de composição política da burguesia, que aqui se vai desenvolvendo desde a estruturação da empresa colonial, aponta para uma total exclusão dos setores

sociais vinculados à força de trabalho. Na fase colonial, pela própria *forma de ser* do período, a burguesia rural que se constitui em torno da empresa agroexportadora se associa de forma subordinada aos centros europeus⁹. Isso exclui, obviamente, qualquer possibilidade de participação da força de trabalho. Aliás, tal questão não está colocada historicamente, pois tal demanda só seria concretamente factível a partir de finais do século XVII e durante o século XVIII, como resultado da luta do movimento operário europeu. De qualquer forma, o comando político da colônia girava em torno das fazendas produtoras e seus “senhores”, que estavam associados de forma subordinada ao governo português. Conseqüentemente, escravos e homens livres¹⁰ estão totalmente excluídos de qualquer decisão política, permanecendo subordinados ao jugo da dominação dos proprietários de terras.

A conformação de um bloco histórico com contornos nacionais, no entanto, só pôde ser nitidamente observada durante o processo de emancipação política que culminaria com a formação do Estado Nacional, em 1822. Esse é o momento originário da autocracia burguesa no Brasil (MAZZEO, 1989). Com a transferência da Corte Portuguesa, em 1808, o Brasil passa a internalizar todo o processo de concentração e administração do capital que – mesmo em crise – estava sob controle lusitano. Com isso, os ganhos da burguesia rural brasileira se avolumam, pois com o fim do monopólio comercial – *exclusivo metropolitano* – determinado pela “Abertura do Portos às Nações Amigas”, essa burguesia agroexportadora passa a ter um maior controle sobre os fluxos de capitais internamente produzidos.

Ao retornar a Portugal, em 1821, pressionado pela burguesia comercial lusitana, D. João VI tenta restabelecer a estrutura de exploração colonial vigente no Brasil, anterior a 1808. A reação da burguesia agroexportadora brasileira será imediata: era necessário se livrar do jugo português para ampliar a internalização de capitais. No entanto, do ponto de vista desta burguesia, esse processo de ruptura deveria ser cauteloso, pois os exemplos de ruptura revolucionária do Continente Americano – sobretudo dos Estados Unidos (1776-1783), mas principalmente do Haiti (1804) – não poderiam sequer ser cogitados. A saída encontrada foi a conformação de um bloco histórico que teve como liderança o futuro rei de Portugal, D. Pedro, que desponta no processo como o grande líder do Partido da Independência. Dessa forma, a burguesia que internamente se desenvolvia não correria o risco de qualquer participação “popular” no processo de independência, pois ao adotar a conformação institucional de uma monarquia, excluía qualquer possibilidade de avanço progressista representado pelas idéias republicanas. Note-se, portanto, que o *historicamente*

novo, a *mudança*, a *transformação*, a *modernização*, ocorre de tal forma a garantir o *historicamente velho* (CHASIN, 1978, p. 626-628), *conservando* a estrutura econômica do país, cujas classes sociais que *permaneceram* à frente da condução da nação não mediram esforços para “manter tudo como sempre foi”.

Importante notar que data do processo de formação do Estado Nacional brasileiro uma característica essencial da autocracia burguesa internamente instalada – o que contribui para sua caracterização. Referimo-nos à utilização da força militar como forma de garantir o domínio do bloco histórico no poder, reprimindo violentamente qualquer forma de manifestação contrária ao seu domínio. É o que nos revelam os acontecimentos imediatamente posteriores à declaração da independência. O cerco à Assembléia Nacional, em 1823, impedindo a aprovação de uma Carta Constitucional (*Constituição da Mandioca*) com contornos liberais progressistas – mesmo que limitados – e a repressão violenta ao levante das províncias do Nordeste, em 1824, que se rebelaram contra a Constituição Outorgada no mesmo ano por D. Pedro I, rebelião esta que ficou conhecida como a Confederação do Equador, são exemplos claros de como o Estado brasileiro passaria a tratar todos aqueles setores que intentassem algum tipo de ruptura significativa no processo político-econômico brasileiro.

Desdobra-se daí, outra questão fundamental que diz respeito à forma como o liberalismo foi apropriado e praticado pelos sucessivos blocos históricos que foram se conformando em torno do Estado no Brasil. Voltaremos a esta questão adiante.

Como descrito anteriormente, os acontecimentos imediatamente posteriores a 1822, conferem um importante conteúdo de instabilidade política à consolidação do Estado Nacional Brasileiro. Trata-se da disputa no interior do bloco histórico em formação. Uma vez isolado o principal inimigo de classe, no caso brasileiro, os setores ligados a incipiente pequena burguesia urbana e à força de trabalho, estes últimos, totalmente aliçados do processo (lembremo-nos que a escravidão é mantida juridicamente no país até 1888), as disputas passam a ocorrer entre as frações de classe que disputam o controle do bloco. De um lado, temos a burguesia rural, formada basicamente por brasileiros, e de outro, a burguesia exportadora, composta basicamente por portugueses diretamente ligados ao Imperador. Com a morte de D. João VI e a clara intenção de D. Pedro I de ocupar, concomitantemente, o trono brasileiro e o português, acirram-se as disputas, culminando com a violenta deposição de D. Pedro I, em 1831. Finalmente, a burguesia rural brasileira teria o controle do Estado em suas mãos, pois, como sabemos, D. Pedro II é nomeado imperador, mas impedido de governar devido à idade.

Chamamos atenção para a seguinte questão: a burguesia assume o poder através de um Golpe de Estado! E lançará mão deste “expediente político” sempre que o projeto político-econômico hegemônico vigente estiver sobre ameaça.

Assim, a estrutura política burguesa que se ergue a partir de 1831 oscilará entre a forma de uma autocracia legalizada e a forma militar. O caráter “golpista” da burguesia brasileira se fará presente em todos os momentos históricos que esta classe entender necessário para garantir a manutenção de seu poder, seja na disputa contra a classe trabalhadora, seja nas disputas intra-classe burguesa, expressando assim seu conteúdo bonapartista¹¹. É o que observamos nos processos que colocam fim ao *período das regências*, em 1840 (Golpe da Maioridade); no momento de Proclamação da República, em 1889; no fim do domínio hegemônico do bloco histórico formado pelas burguesias rurais, paulista e mineira, em 1930; em 1937, como forma de frear qualquer possibilidade de uma revolução de caráter nacional-popular, anti-imperialista, com o Estado Novo; em 1945, com a deposição de Vargas; e, finalmente, com o golpe civil-militar, em 1964, que retira João Goulart do poder e elimina definitivamente qualquer possibilidade de desenvolvimento e de inserção do capitalismo brasileiro de forma autônoma no cenário mundial.

O exame preciso, detalhado e aprofundado, de todos estes momentos da processualidade histórica brasileira foge aos objetivos deste trabalho. Ao caracterizarmos o momento inicial de estruturação da forma autocrática desenvolvida pela burguesia no Brasil, procuramos demonstrar a característica essencial que compõe a forma pela qual esta classe mantém o poder ao longo da história no país. Mais uma vez, chamamos a atenção para o fato de que em cada um dos episódios acima citados, novos contornos e contradições, resultantes de transformações econômico-sociais cada vez mais complexas, serão verificados. Portanto, a manifestação fenomênica da história brasileira possui e desenvolve uma diversidade de aspectos que nos permite inclusive identificar as transformações ocorridas ao longo dos anos. Por isso, é possível afirmar que, também em seu aspecto político, o país passa por um processo de *modernização*. Se analisarmos a história da democracia no Brasil em retrospectiva, verificaremos que importantes avanços foram feitos no sentido da consolidação desta forma burguesa de dominação política. No entanto, o que para nós é fundamental é o fato de que, apesar de todas as transformações – de toda a *modernização* – o elemento autocrático não é superado, sequer negado pela estrutura sociometabólica desenvolvida no país. Muito pelo contrário, este é *conditio sine qua non* da forma *precisamente assim* da burguesia ontogeneticamente constituída no interior do *complexo*

de complexos societário brasileiro. Eis outro fundamento essencial daquilo que denominamos *modernização conservadora*, ou de outro modo, o *Sentido da Modernização* no Brasil.

Aqui, nos aproximamos da conceituação de Caio Prado Júnior quando este procura demonstrar o *sentido* que dá origem ao Brasil do século XX, vinculando-o aos primórdios da ocupação territorial do país pelos portugueses. Entendemos que Prado Jr foi um dos primeiros intelectuais da tradição marxista que buscaram compreender a particularidade brasileira ao modo de sua dialética da totalidade concreta.

Ao caracterizar o *Sentido da Colonização*, Caio Prado buscou analisar os elementos fundantes da forma de ser da “Revolução Brasileira”. Assim, ao investigar a origem da estrutura econômica do país, evidenciou seus vínculos de associativismo subordinado aos centros econômicos mundiais, bem como a estrutura político-administrativa que aqui vai sendo constituída, pautada no domínio das classes sociais que controlam tais atividades econômicas. Os efeitos sociais deste tipo de estruturação econômico-política serão extremamente danosos para o conjunto da força de trabalho brasileira, bem como para os segmentos sociais que, historicamente, estiveram à margem do sistema produtivo¹².

Mais uma vez, observamos que outro elemento essencial que sempre permeou a *forma de ser* da sociabilidade brasileira se reproduz. Mesmo com toda a complexificação e *modernização* da estrutura societal brasileira, que a partir do final do século XIX passa a se assentar na mão de obra “livre” assalariada, o “abismo” entre aquela classe que controla privadamente a produção da riqueza e aquela que vive da venda da sua força de trabalho, aprofunda-se vertiginosamente.

Tal afirmação pode ser constatada empiricamente quando analisamos o processo de precarização das condições de trabalho implementado ao longo dos últimos quarenta anos, ampliado e aprofundado, sobretudo, a partir da década de 1990. Tal processo, além de lançar milhões de trabalhadores no desemprego e no chamado “mercado informal” de trabalho – onde nenhum direito trabalhista é observado –, promoveu um rebaixamento qualitativo nas condições de vida da força de trabalho, inclusive daqueles indivíduos que mantiveram seus empregos¹³. Longe de ser uma condição de miserabilidade puramente material, o processo de *modernização conservadora* – como não poderia deixar de ser – aprofunda a *miséria espiritual*, historicamente presente na sociedade brasileira. A reposição de forma vertiginosa do individualismo, próprio da ideologia liberal, promove uma espécie de *privatização das relações sociais*, onde a noção de indivíduo, *mônada fechada* em torno de interesses privados, absorve e explicita um conteúdo radical, reafirmando o princípio fundamental da propriedade burguesa, onde a realização do “eu” condiciona

necessariamente a não-realização dos “outros”. Reafirma-se assim, o pressuposto de que o “outro” é um obstáculo à “minha” existência. Tais aspectos ideológicos – que aqui nos restringimos a apontar seus efeitos imediatos – podem ser percebido no esgarçamento dos mais elementares laços de convivência social. A violência (em todos os níveis e sentidos) reina absoluta nas grandes cidades brasileiras; o Estado, por sua vez, trata a questão como um problema de “segurança pública”, criminalizando toda e qualquer forma de existência que não respeite a lógica da propriedade privada – bem como aqueles movimentos sociais que questionam tal quadro de coisas; os trabalhadores estão constantemente sob a mira de fuzis, seja do crime organizado, seja da violência institucionalizada, plasmada no braço armado do Estado em suas múltiplas formas de organização policiais.

O “embrutecimento” de seres humanos não atinge somente as classes sociais subalternas, mas se estende ao conjunto da sociabilidade, como resultado direto da precarização, sucateamento, e conseqüente queda no nível educativo-cultural do país. Tal fato se explica também pela concepção de educação que passa a orientar os projetos político-pedagógicos no Brasil que, obedecendo à reposição dos valores liberais, nega qualquer possibilidade de formação humanista, privilegiando a “formação para o mercado de trabalho”, responsabilizando individualmente os fracassos gerados socialmente, reproduzindo uma visão puramente pragmática da educação, orientada exclusivamente pela “lógica” do mercado. Estes são apenas alguns aspectos daquilo que György Lukács identificou como a “decadência ideológica burguesa”.

A maior parte da população brasileira carece de condições básicas de saúde e higiene públicas. O Brasil chega ao século XXI com um sistema de saneamento básico inferior ao de alguns vizinhos latino-americanos, tais como Bolívia e Colômbia. Enormes contingentes se avolumam nas filas da rede pública de saúde, pois obedecendo a mais perfeita tradição liberal, o Estado reduz ao limite mínimo os investimentos para esta área, privilegiando a iniciativa privada, que acumula bilhões com o chamado complexo médico-hospitalar.

Em poucas palavras, a revolução burguesa no Brasil se completa, mas não rompe com as mazelas sociais que caracterizaram a objetivação do capitalismo no país.

O lugar das idéias na Revolução Brasileira

Afirmamos anteriormente que uma das características mais importantes da “Revolução Brasileira” é o caráter particular com o qual os pressupostos ideológicos do liberalismo serão absorvidos e reproduzidos na forma sociometabólica que aqui vai se

constituindo. Observamos que tal processo se diferencia substancialmente do ocorrido nos pólos centrais do desenvolvimento capitalista. Em países como a Inglaterra, os Estados Unidos, a Holanda e, sobretudo, a França, os pressupostos liberais trouxeram consigo um conteúdo radicalmente progressista e revolucionário. Ressalvem-se as devidas particularidades, é possível afirmar que até meados do século XIX a burguesia européia utilizava-se do instrumental liberal como forma de colocar abaixo todo resquício feudal, ao mesmo tempo em que construía a “modernidade”. Somente com a expansão dos domínios burgueses e a conseqüente “ocidentalização do mundo”, novos “antípodas”¹⁴ serão constituídos, expressando a universalização da luta de classe, entre capital e trabalho.

Ao pensarmos a particularidade brasileira em sua perspectiva ideológica, verificaremos que a absorção dos pressupostos liberais pela burguesia que aqui vai se formando se condiciona a duas ordens de fatores contraditoriamente articulados: na primeira metade do século XIX (período em que tal ideologia ganha arrimo social no país), o liberalismo já expressa seu conteúdo conservador ao demonstrar os limites da emancipação política burguesa em nível mundial; ao mesmo tempo em que alcança seu limite histórico, esgotando seu caráter progressista, a doutrina liberal, tal como se materializa no Brasil, sequer observa os pressupostos básicos da emancipação burguesa, ou quando o faz, reveste-se de um duplo caráter. Assim, observamos um relativo processo de liberalização das atividades econômicas, ao mesmo tempo em que se mantém a escravidão; estrutura-se uma organização estatal fincada na divisão dos poderes, no sufrágio e na *universalização* de direitos. No entanto, a Constituição de 1824 estabelece um quarto poder (Moderador), garantindo poderes autocráticos ao imperador, e o voto será exercido a partir do critério censitário, excluindo a maior parte da população de qualquer decisão política, sem contar o próprio estatuto jurídico do escravismo, cuja existência *per si* já denuncia a contradição (MAZZEO, 1989, p. 112-113 e 120-121).

Seguindo a análise de Roberto Schwarz, a “comédia ideológica” que aqui se instala atravessa todo o segundo reinado, permanecendo mesmo após a Proclamação da República, a despeito da abolição da escravatura em 1888. A contradição entre os ideais liberais e a escravidão será *estabilizada* a partir da existência de uma camada de homens livres, cuja relação com os senhores de escravos dará origem às *relações de favor*, estas sim apoiadas nas idéias provenientes da Europa. A equação (se é que podemos assim qualificar) estrutura-se da seguinte forma: o liberalismo se aplica às relações entre senhores e homens livres – mesmo que de forma contraditória e excludente, pois estes não tinham direito ao voto, por exemplo. A mão-de-obra escrava é o elemento fundamental à realização de tal

ordem política, uma vez que garante a organização econômica voltada para o lucro, fonte de reprodução da riqueza socialmente necessária à existência do território. Eis a essência de “as idéias fora do lugar”¹⁵, onde características que, em tese, são contraditórias, assumem formas – ao mesmo tempo em que as delineiam – de particularidade histórica.

Dando um salto histórico – mesmo com todos os riscos que tal procedimento analítico apresenta –, podemos afirmar que a essência da “comédia ideológica” se mantém, pois se em sua origem o liberalismo de extração prussiano-colonial assentava-se no escravismo da burguesia agroexportadora do país, durante a década de 1990 e início dos anos 2000, a burguesia representada pela social democracia será responsável pelo resgate da ortodoxia liberal, arrimo do projeto econômico-político do bloco histórico que se consolida a partir do governo Fernando Henrique Cardoso¹⁶. Ou seja, mais uma vez a aparência fenomênica nos é apresentada de forma contraditória, pois a social democracia no Brasil é responsável pelo desmonte do arcabouço político-institucional do que poderíamos identificar – ou do que mais nos aproximamos – como o “Estado de bem-estar” brasileiro, plasmado na Carta Constitucional de 1988. Mas, novamente, para compreendermos “o lugar das idéias” neste contexto, faz-se necessária a observação de nossa essência particular, onde a burguesia *que aqui se vai desenvolvendo* reproduz as características de uma *forma* particular de *ser*. Amalgamada pelo caráter prussiano-colonial do capitalismo, a burguesia brasileira oscila entre o conservadorismo e o reacionarismo político, sendo que tais manifestações ideológicas se farão perceber de acordo com as contingências históricas dos períodos analisados. Os avanços sociais possíveis serão somente resoluções genérico-abstratas, apontadas pelos textos constitucionais, que não encontram efetivação na realidade concreta. O máximo a ser oferecido em termos materiais serão os programas eufemisticamente denominados pelo título “transferência de renda”, recolocando uma espécie de “ideologia do favor”, agora protagonizado pelo Estado em relação aos milhares de miseráveis espalhados pelo país.

Enfim, a Revolução Burguesa, tal como esta se concretiza no Brasil, promove a estruturação de um bloco histórico de hegemonia burguesa, a modernização das relações econômico-produtivas, mas mantém, com novos contornos fenomênicos, a essência miserável, material e espiritual, das relações sociais no país. Eis o caráter do *Sentido da Colonização* que se atualiza, renovando-se e reafirmando-se, agora reproduzido em *Sentido da Modernização*.

Referências

- ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Editorial Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- BOITO JR., A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.
- BRANDÃO, G. M. Totalidade e determinação econômica. *In: Temas de Ciências Humanas*. Vol. 1. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.
- CARODOSO, A. M. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2003.
- CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado**. Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.
- COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DEO, A. **A consolidação da social democracia no Brasil: forma tardia de dominação política nos marcos do capitalismo de extração prussiano-colonial**. Marília: Unesp. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, 2011.
- DEL ROIO, M. **O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo**. São Paulo: Ícone, 1998.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- FRANCO, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. - 3. ed. - São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983.
- GALVÃO, A. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan/FAPESP, 2007.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere. (6 vols.)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

LAMPEDUSA, G. T. **O leopardo**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

LESBAUPIN, I. (org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. Para a crítica da economia política. In: **Os Pensadores**. Vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: **Os Pensadores**. Vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974

_____. **O capital**. Livro I, capítulo VI (inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____. **A burguesia e a contra-revolução**. São Paulo: Ensaio, 1997.

_____. **El Capital – Crítica de la economía política**. Tomo III, Livro III, “El proceso de producción capitalista, en su conjunto”. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

MAZZEO, A. C.. **Estado e burguesia no Brasil – Origens da autocracia burguesa**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

_____. **Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil**. Marília: Unesp/Marília-Publicações, São Paulo: Boitempo, 1999.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2002.

_____. **O século XXI – Socialismo ou barbárie?** São Paulo: Editorial Boitempo, 2003.

NETTO, J. P. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, I. (org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

SANTOS, A. F. J. Posições de classe destituídas no Brasil. In: SOUZA, J. et al. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SCHWARTZ, R. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SEGATTO, J. A. Política e Literatura em Machado de Assis. In: **Novos Rumos**, ano 22, nº 48, 2007.

SOUZA, J. et al. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

¹ Doutor em Ciências Sociais, Unesp/Marília.

² Lampedusa (1979, p. 40) nos oferece de forma magistral, um quadro extremamente rico e detalhado do processo de unificação dos territórios italianos, na segunda metade do século XIX. Expõe com precisão correção a característica que marca a *Revolução Burguesa Italiana*, qual seja, a modernização (o desenvolvimento do capitalismo e seu congênere ideológico, o liberalismo) que se “impõe” de uma forma a reafirmar os elementos conservadores e reacionários da forma de ser da sociabilidade daquele território. Tal processo é marcado pela aliança entre os setores historicamente tradicionais, nobreza (que se vai aburguesando no processo) e Igreja Católica, e àquele elemento social historicamente novo, a burguesia. Porém, esta última, já não desempenhava um papel social radicalmente novo, pois, a partir desse mesmo período, passa a se posicionar de forma a barrar qualquer tipo de progresso essencialmente humano, frente aos avanços da luta do proletariado internacional. Antonio Gramsci (2000, passim) identifica conceitualmente a particularidade italiana como um processo de *Revolução Passiva*.

³“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”, (MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 335).

⁴ MÉSZÁROS (2002), aponta para o esgotamento do caráter civilizatório do capital no atual momento histórico, argumentando que este, diante do atual ciclo de crise (econômica, societária, ambiental, etc.), só pode reproduzir a barbárie. Ver, do mesmo autor: (MÉSZÁROS, 2003). Não é do nosso interesse neste trabalho tratar desta temática, mesmo porque ultrapassaríamos o escopo do artigo. No entanto, apenas uma questão para suscitar a polêmica: à medida em que a barbárie reproduzida pelo capital pode – e tal questão deve ser tomada apenas como possibilidade – abrir espaço para a necessidade da alternativa socialista, não estaria o capital produzindo “processos civilizatórios”?

⁵ Sobre o conceito de autocracia burguesa ver, fundamentalmente: FLORESTAN (1987). Outra importante análise sobre as origens da autocracia burguesa no país pode ser encontrada em: MAZZEO (1989). Sobretudo o capítulo intitulado “As determinações histórico-particulares do Estado nacional brasileiro”. Desse autor utilizamos ainda, o conceito de *via prussiano-colonial*, para identificar a particularidade de

objetivação do capitalismo no Brasil. MAZZEO (1999), principalmente o Capítulo I: *Pizzicato* – Particularidades sócio-históricas da formação social brasileira, p. 105-129.

⁶Ao analisar o *Risorgimento* na Itália, Gramsci caracteriza o processo da Revolução Burguesa naquele país como uma forma de reação das classes dominantes em relação ao avanço político do proletariado. Consequência da luta de classes, esse processo resulta na permanência da subalternização do proletariado, ao mesmo tempo em que a burguesia promove um “progresso” nas relações sociais, ao acolher algumas reivindicações desta classe. Este elemento de “restaurações progressivas” ou “revoluções-restaurações” nos oferece os contornos do conceito de “revolução passiva” (GRAMSCI, 2002, passim), sobretudo o *Caderno 19* sobre o *Risorgimento Italiano* (IDEM Vol. 5, p. 11-128).

⁷“Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, [...] não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação”. (PRADO JR., 2000, p. 7).

⁸Tomamos aqui, como referência, o conceito gramsciano de *Bloco Histórico*. Trata-se de compreender como os processos históricos expressam uma dada forma de valores econômicos, político-ideológicos, culturais, ético-morais, e como estes se edificam e se consubstanciam na forma de dominação de classe. Para uma análise aprofundada do conceito, veja-se fundamentalmente (GRAMSCI, 2000), especialmente os volumes 2 e 3, onde encontramos a discussão sobre o conceito de bloco histórico, respectivamente, nos Cadernos 10 e 13. Importante análise sobre o tema, abordando a discussão, expondo e analisando a polêmica teórica em torno da obra gramsciana, pode ser encontrada em (PORTELLI, 1977). Hugues Portelli aponta como uma das principais contribuições da análise gramsciana sobre esta temática, o “vínculo orgânico” que o autor italiano explicita entre os níveis sociais da “estrutura e superestrutura”, bem como o papel fundamental atribuído aos “intelectuais” como mediadores de tais relações. Ver ainda: (GRUPPI, 1978).

⁹Marx em seus *Grundrisse* aponta para o caráter “anômalo” desta burguesia. Isto se explica pelas próprias características do momento histórico em questão. Nesta fase de transição, as classes sociais politicamente dominantes (e Marx se refere sobretudo à América Latina) ainda possuem as marcas do passado feudal em franca desagregação, mas já exercem um papel político-econômico que contribui decisivamente para o desenvolvimento do capitalismo, em gestação naquele momento. Assim, por exemplo, será oferecida à nobreza portuguesa a possibilidade de ocupação e exploração do território brasileiro no período colonial, ocupação esta fundada num estatuto jurídico cuja origem remonta à Idade Média (Cartas de Doação e Foral). No entanto, a estruturação da colônia se dará em função do desenvolvimento do capital em sua fase originária. É o momento da “subsunção formal do trabalho ao capital”, segundo Marx, onde em seu processo ontogenético, o capital incorpora formas não capitalistas, transmutando-as e reorganizando-as para que passem a desempenhar funções propriamente capitalistas. Veja, sobre a questão da “subsunção formal do trabalho ao capital”, (MARX, 1978). Se Marx está certo – e pensamos que ele está – os membros da nobreza que no Brasil se instalam, são nobres que estão num processo de “aburguesamento”, pois ao mesmo tempo em que estão socialmente vinculados ao passado feudal – em franca decadência a partir do século XV –, desempenham funções próprias do capitalismo em sua fase originária.

¹⁰Para uma análise aprofundada sobre o papel dos “homens livres” no período colonial ver fundamentalmente, (FRANCO, 1983).

¹¹Mazzeo (1999) identifica tal particularidade com o conceito *colonial-bonapartismo*. Para uma discussão mais aprofundada sobre o caráter colonial-bonapartista da autocracia burguesa brasileira, sobretudo durante os governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, ver (DEO, 2011).

¹²Ao se referir à estrutura social que se desenvolve no período colonial brasileiro, Caio Prado Jr. nos oferece a seguinte definição: “Em suma, o que se verifica é que os meios de vida, para os destituídos de recursos materiais, são na colônia escassos. Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os

senhores e escravos, a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos [...]” (PRADO JR., 2000, p. 289).

¹³ Tal processo será reconhecido, inclusive, pela burguesia, quando esta passa a utilizar a expressão “inimpregáveis” para qualificar a exclusão de parcelas importantes da população brasileira do processo de produção da riqueza. Lembremo-nos que a referida expressão foi utilizada por Fernando Henrique Cardoso, na época, Presidente da República, e revela o caráter “estruturalmente necessário” do desemprego na sociedade capitalista. Para uma análise aprofundada do processo de reestruturação produtiva no Brasil e a conseqüente precarização do trabalho daí originada ver: (ANTUNES, 1995), (BOITO JR.,1999), (CARODOSO, 2003) e (ALVES, 2000). Outro importante estudo sobre o fenômeno do empobrecimento da mão de obra no Brasil, principalmente pelo esforço de demonstração empírica deste fenômeno, pode ser encontrado em (SOUZA, 2009). José Alcides Figueira Santos utiliza o conceito de “classes destituídas” para caracterizar este processo de precarização. Argumenta que entre as classes destituídas encontram-se os trabalhadores elementares (legalmente empregados), empregados domésticos, autônomo precário, produtor agrícola precário, trabalhador de subsistência e trabalhador excedente (desempregados), sendo que estes constituem 40,33% da população brasileira (SANTOS, 2009).

¹⁴ Marx aponta para o esgotamento do caráter revolucionário da burguesia em seus escritos para a Nova Gazeta Renana, ao analisar a vaga revolucionária que se esgota em 1848. (MARX, 1997). Importante análise sobre a expansão do ideal liberal e a universalização da luta entre capital e trabalho – de onde inclusive emprestamos os termos entre aspas – é a obra de DEL ROIO, 1998).

¹⁵ Este é o título do texto de abertura à obra *Ao vencedor as batatas*, de Roberto Schwartz. Nesta “introdução”, Schwarz busca compreender como a particular reprodução e absorção do liberalismo na realidade brasileira, produziu um ideal estético também particular, capturado de forma precisa, segundo o autor, por Machado de Assis. (SCHWARTZ, 2000). Em (SEGATTO, 2007), encontramos uma importante análise do romance machadiano *Esau e Jacó*. Entre outros aspectos, Segatto chama atenção para a forma contraditória de manifestação do liberalismo no Brasil, além de apontar para o caráter conservador das transformações político-econômicas ocorridas no país, características estas plasmadas pelos personagens machadianos. Diz o autor que, por meio de “[...] ‘reformas pelo alto’ [...] Em todos os acontecimentos agudos e cruciais [...], a classe dominante sempre procurou rearticular e reorganizar as formas de dominação política e acumulação de capital para fazer frente aos crescentes antagonismos e contradições sociais que se acumularam, como também, para impedir que as classes subalternas subvertam a ordem vigente e, ainda, para truncar sua participação no processo político.” (IDEM, p. 89).

¹⁶ Para uma análise aprofundada sobre o que aqui identificamos como social democracia brasileira, ver (DEO, 2011).